



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.284-A, DE 2023 **(Do Sr. Marcos Tavares)**

Institui a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais, em todo território nacional e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. LÊDA BORGES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO URBANO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Urbano:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023.
(Do Sr. Marcos Tavares)

Institui a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais, em todo território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas e creches nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais que possuam capacidade habitacional igual ou superior a 400 (quatrocentas) unidades, em todo território nacional.

Art. 2º Fica instituída a obrigatoriedade de construção e manutenção de Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais que possuam capacidade habitacional igual ou superior a 600 (seiscentas) unidades, em todo território nacional.

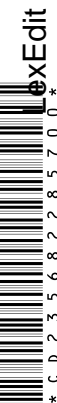
Art. 3º A organização administrativa e funcionamento das escolas, creches e UBSs serão de responsabilidade do respectivo município e estado de cada conjunto habitacional.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá a forma de compensação financeira necessária à execução desta Lei, além de parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





JUSTIFICATIVA

O direito a moradia é previsto na Constituição Federal como um dos direitos sociais dos cidadãos. A construção de empreendimentos habitacionais para pessoas de baixa renda permite que diversas famílias consigam conquistar o sonho da casa própria.

Entretanto, a realidade ainda não é ideal e nem reflete uma vida digna, tendo em vista que a maioria dos conjuntos habitacionais não possui o básico em infraestrutura em curta ou média distância. Isto é, é comum que essas pessoas precisem pegar mais de quatro ônibus todos os dias para irem às escolas, levarem seus filhos a creche e ao hospital.

Dessa forma, para resguardar os direitos desta grande parcela da população, é necessário que sejam construídas escolas, creches e unidades básicas de saúde em locais acessíveis e próximos, o que lhes trará real qualidade de vida.

Em 2023, os novos empreendimentos de habitação popular prometem construção em locais mais próximos a comércio e equipamentos públicos, de acordo com o site do Governo Federal. Ocorre que, a maioria dos empreendimentos habitados não possui infraestrutura necessária nos arredores, nem em curta ou média distância.

Por todo o exposto, a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais, em todo território nacional, é medida que se impõe. Dessa forma, considerando a relevância do tema, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 4.284, DE 2023

Institui a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais, em todo território nacional e dá outras providências.

Autor: Deputado MARCOS TAVARES

Relatora: Deputada LÊDA BORGES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 4.284/2023, do deputado Marcos Tavares, determina que, nas proximidades dos conjuntos habitacionais construídos com recursos federais e constituídos por 400 moradias ou mais, sejam também construídas e mantidas creches e escolas. O mesmo vale para unidades básicas de saúde, no caso dos conjuntos habitacionais com 600 unidades ou mais. A proposição responsabiliza os respectivos municípios e estados pelo funcionamento dessas instituições, mediante compensação financeira da União.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.





As últimas duas apenas para análise de adequação financeira ou orçamentária e de constitucionalidade e de juridicidade, respectivamente, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O deputado Marcos Tavares demonstrou preocupação louvável com a carência de serviços públicos no entorno dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais. Devemos, no entanto, ponderar sobre as implicações do projeto de lei em tela.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi reeditado pela Lei 14.620/2023, mas os programas habitacionais no Brasil se iniciaram com o processo de industrialização, na primeira metade do século XX, período em que a população urbana passou a aumentar exponencialmente, até o ponto de suplantarmos a população da zona rural. Tanto o Governo Federal quanto estados, alguns municípios e até mesmo empresas privadas necessitando mão-de-obra criaram vilas operárias para atender à demanda de moradia urbana acessível. A proposição não fixa um critério temporal para a exigência de serviços de ensino e saúde, e, a rigor, teria de ser aplicada a todos os conjuntos habitacionais já construídos com recursos federais no último século.

Outro fator a ser considerado nessa proposição é a característica descentralizada dos sistemas públicos de ensino e de saúde no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) prevê um





escalonamento das responsabilidades, sendo competência precípua da União a organização, planejamento e regramento geral do ensino em todas as etapas, além do reconhecimento dos cursos de educação superior (e sua manutenção, haja vista o papel das universidades e institutos federais). Aos estados cabe assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio. Por fim, os municípios devem oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.

No caso do Sistema Único de Saúde (SUS) (Lei 8.080/1990), a ênfase na descentralização dos serviços para os municípios é um dos princípios basilares, sendo que União, estados e municípios são autônomos para administrar os recursos e organizar os serviços de saúde em suas respectivas esferas administrativas. Isso inclui, evidentemente, a gestão das unidades básicas de saúde.

O projeto de lei, ao determinar a construção de instituições de ensino básico e de unidades de saúde nas proximidades de conjuntos habitacionais, e ao dar ordem aos respectivos municípios e estados para que administrem esses órgãos, viola o pacto federativo. A Constituição da República preserva competências de atuação distintas para a União, os estados e os municípios (além do Distrito Federal, que acumula funções), como também para a interação entre os poderes Legislativo e Executivo. É vedado ao Legislativo Federal determinar onde os estados, os municípios e o Distrito Federal devem manter instituições de ensino e de saúde.

Embora não se possa obrigar a criação e gestão desses órgãos pelos governos locais, já existe uma previsão, na Lei 14.620/2023, de compor os valores de investimento e custeio do PMCMV com diversos equipamentos públicos, inclusive educacionais (art. 13, inciso VII). Nos parece adequado inserir, nesse dispositivo, unidades de saúde, como uma alternativa não compulsória para melhor prover as populações atendidas com um leque mais amplo de serviços públicos.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.284/2023, na forma do substitutivo anexo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Lêda Borges - PSDB/GO

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada LÊDA BORGES
Relatora

2024-7117

Apresentação: 03/07/2024 14:15:16.493 - CDU
PRL 1 CDU => PL 4284/2023

PRL n.1





COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO A

Institui a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais, em todo território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 13 da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

VII - execução de obras de implantação de equipamentos públicos, inclusive educacionais e culturais, de mobilidade, de saneamento, de atendimento à saúde e de infraestrutura, incluídas as de instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica, as de geração de energia elétrica a partir das modalidades de geração alcançadas pela Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, ou as que contribuam para a redução do consumo de água em unidades imobiliárias;

..... (NR)”

Sala da Comissão, em de de 2024.





Prima

Deputada LÊDA BORGES
Relatora

Apresentação: 03/07/2024 14:15:16.493 - CDU
PRL 1 CDU => PL 4284/2023

PRL n.1



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 4.284, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação, na forma do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.284/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Lêda Borges.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Eunício Oliveira - Presidente, Marcelo Álvaro Antônio - Vice-Presidente, Cleber Verde, Lêda Borges, Natália Bonavides, Tabata Amaral, Toninho Wandscheer, Adriano do Baldy, Dr. Jaziel, Fernando Monteiro, Gilson Daniel, Joseildo Ramos, Marangoni e Max Lemos.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2024.

Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 4284, DE
2023

Institui a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde nas proximidades dos conjuntos habitacionais financiados com recursos federais, em todo território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 13 da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

VII - execução de obras de implantação de equipamentos públicos, inclusive educacionais e culturais, de mobilidade, de saneamento, de atendimento à saúde e de infraestrutura, incluídas as de instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica, as de geração de energia elétrica a partir das modalidades de geração alcançadas pela Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, ou as que contribuam para a redução do consumo de água em unidades imobiliárias;

..... (NR)”

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2024.

Deputado **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente

